

A CULTURA POPULAR EM ÂMBITO ESCOLAR: CONCEPÇÕES HISTÓRICAS E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE

Popular culture in the school scope: historical conceptions and their developments in the contemporary

Belchior Ribeiro Leite¹
Leandro Silva de Paula²
Jacks Richard de Paulo³

Resumo: Este artigo tem a finalidade de refletir sobre o conceito e as concepções históricas da cultura popular, bem como apontar alguns desafios e possibilidades de seu uso em âmbito escolar na contemporaneidade. Realizou-se uma revisão bibliográfica e consulta à legislação brasileira (1996, 2017), por meio de levantamento de artigos, documentos e livros de renomados autores, como Bakhtin (2010), Burke (2010), Santaella (2003), Canclini (2019), Pessoa (2018), Brasil (2017), Brasil (1996), entre outros. A pesquisa configurou-se de forma qualitativa e o conteúdo dos artigos, livros e documentos foram analisados de maneira crítica e interpretativa, alinhada à experiência docente dos autores. Os resultados revelaram que a prática da valorização da cultura popular em âmbito escolar é permeada por desafios, como por exemplo um currículo elitista que em muitas vezes acaba dificultado tal prática, pois acaba valorizando uma perspectiva monocultural, além disso quando trabalhado ocorre quase que somente em datas comemorativas e prioriza o conteúdo descontextualizado que contemple as avaliações em larga escala; dentre outros. Por outro lado, as novas tecnologias digitais se bem utilizadas poderão auxiliar as camadas subalternas a darem voz às suas experiências e os documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96 e a Base Nacional Comum Curricular que sinalizam uma autonomia às escolas, mesmo que limitada a trabalhar conteúdos das manifestações artísticas e culturais, no sentido de despertar nos estudantes o respeito à diversidade de saberes, identidade e culturas.

Palavras-chave: Cultura popular, Educação, Concepções históricas, Globalização, Contemporaneidade.

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT – IFB. Email: belchior.ribeiro@gmail.com

² Doutor em Educação pela UFMG. Email: leandro.silva@ufop.edu.br

³ Doutor em Educação pela UNIMEP. Email: jacks@ufop.edu.br

Abstract: *This article aims to reflect on the concept and historical conceptions of popular culture, as well as to point out some challenges and possibilities for its use in the school environment in contemporary times. A bibliographical review and consultation of Brazilian legislation (1996, 2017) was carried out, through a survey of articles, documents and books by renowned authors, such as Bakhtin (2010), Burke (2010), Santaella (2003), Canclini (2019), Pessoa (2018), Brasil (2017), Brasil (1996), among others. The research was configured in a qualitative way and the content of the articles, books and documents were analyzed in a critical and interpretative way, in line with the authors' teaching experience. The results revealed that the practice of valuing popular culture in the school environment is permeated by challenges, such as an elitist curriculum that often ends up making such a practice difficult, as it ends up valuing a monocultural perspective. among others. On the other hand, the new digital technologies, if well used, can help subordinate layers to give voice to their experiences and official documents such as the Law of Guidelines and Bases of Education - Law nº 9.394/96 and the National Common Curricular Base that signal an autonomy to schools, even if limited to working on contents of artistic and cultural manifestations, in the sense of awakening in students respect for the diversity of knowledge, identity and cultures.*

Keywords: *Popular culture, Education, Historical conceptions, Globalization, Contemporaneity.*

Introdução

A cultura popular, enquanto um dos elementos dos saberes do cotidiano dos estudantes, geralmente é deixada de lado pela maioria das instituições escolares. A prática da contextualização de saberes é relevante, uma vez que valoriza a subjetividade e a experiência do discente. Entretanto, a prioridade normalmente sempre foi e ainda é dos saberes escolares, os ditos conhecimentos científicos, que “transmite e legitima a linguagem, os códigos e os valores da cultura dominante” (SIMON; GIROUX, 1994, p. 96).

Ao longo dos séculos, a cultura popular apresenta ser um termo impreciso, polissêmico e um campo de disputas. Para o discurso dominante parece ser considerada como resíduo, isto é, aquilo que sobra após a subtração da alta cultura da totalidade de práticas culturais. Contudo, para a classe popular deveria ser um importante processo para validação das vozes de sua experiência. Portanto, “o resgate das raízes culturais de uma região poderá despertar no indivíduo a motivação e o interesse pela sua própria cultura, tornando um cidadão mais sensível e consciente da importância de suas origens para a preservação de sua história” (LEITE; SILVA, 2023, p. 64).

Atualmente, são inúmeros os entraves ao trabalhar com as manifestações da cultura popular, no sentido de valorizar as experiências dos grupos subalternos. A globalização, ao mesmo tempo em que possibilita uma integração entre os países e as pessoas, apresenta alguns aspectos negativos como a exclusão social, aumento das desigualdades educacionais, o discurso dominante em que os saberes das classes populares são desprezados, entre outros. Questões como o hibridismo cultural, a indústria cultural, a obsolescência programada, a homogeneização cultural, entre outros, são elementos presentes em tempos de globalização e que reproduzem, na maioria das

vezes o discurso opressor da classe dominante. Estes conceitos serão aprofundados no decorrer do texto.

Nesse contexto, entende-se a relevância das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) como mecanismo para unir técnica com tradição. Apesar de que o seu uso por si só, nada pode contribuir com a afirmação das identidades culturais. Elas podem facilitar a comunicação entre os sujeitos e a propagação de mensagens que levem a preservação de uma identidade cultural.

Nessa perspectiva, o objetivo desse estudo foi de refletir sobre o conceito e as concepções históricas da cultura popular, bem como apontar alguns desafios e possibilidades de seu uso em âmbito escolar na contemporaneidade. Além disso, foi possível caracterizar o conceito de cultura popular e suas concepções históricas e identificar a relação da globalização com a cultura popular.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, sendo que os dados foram analisados de maneira crítica e interpretativa, alinhada à experiência docente dos autores. Foi realizado o levantamento de artigos, documentos e livros de renomados autores, como Bakhtin (2010), Burke (2010), Santaella (2003), Canclini (2019), Pessoa (2018), Brasil (2017), Brasil (1996), entre outros.

Diante do exposto, a pesquisa encontra-se estruturada em três partes principais. A primeira parte trata da reflexão acerca do conceito de cultura popular e suas concepções históricas. A segunda apresenta a relação da globalização com a cultura popular. Por fim, na terceira e última parte, apresenta-se os desafios e as possibilidades de inserção da cultura popular em âmbito escolar na contemporaneidade.

O conceito de cultura popular e suas concepções históricas

A cultura é um conceito com sentido amplo e bastante complexo. Pode ser apreendida, inicialmente, como toda produção humana na sua relação com o outro e com a natureza e representa os valores, as crenças, os costumes, as artes, os conhecimentos, as tradições e os elementos simbólicos e seus significados de um determinado grupo social. Ela geralmente é classificada em cultura de massa, erudita e popular, sendo esta última, objeto de investigação deste estudo.

A cultura popular, por sua vez, também é um termo impreciso e com diversas definições, isto é, se trata de uma expressão de sentido polissêmico. Na visão tradicional, ela reúne elementos, que normalmente, são repassados oralmente, pelas gerações mais velhas às mais novas da sociedade. Nesse sentido, a cultura popular inclui os costumes, as festas, as danças, o artesanato, o folclore, os saberes, entre outros, na experiência cotidiana de um povo.

Bakhtin (2010), em seu livro - *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto dos François Rabelais* – apresenta uma discussão acerca do cômico e da cultura popular na Idade Média e no Renascimento. Destaca-se que o burlesco, o riso e o enfoque jocoso das manifestações culturais produziam uma certa dualidade no mundo,

apresentando-se uma oposição ao tom sério, religioso e feudal da cultura oficial, na época representada pela Igreja e pelo Estado. Ainda assim, o cômico popular estava relacionado às camadas inferiores da sociedade, mas também, mantinha contato e era influenciado pela cultura oficial.

Domingues (2011) adverte que na produção do conhecimento histórico, parece ser necessário questionar as abordagens essencialistas que separam em compartimentos estanques, a cultura popular e a cultura erudita. A invenção da separação desses dois polos ocorreu na segunda metade do século XVIII, pelos intelectuais europeus. Segundo o autor, através do conceito de folclore, foram demarcadas as fronteiras das manifestações culturais das camadas sociais mais abastadas em relação àquelas mais amplamente difundidas.

No século XIX, de acordo com Domingues (2011), o povo – representado principalmente pelos camponeses – foi idealizado, com sua produção cultural, tendo sido considerada como pura, natural e resíduo do passado. Todavia, ao longo do século XX, após uma série de estudos sobre as manifestações populares sobreviventes, essa concepção se tornou cada vez mais insustentável e batizou-se, então, a categoria cultura popular, no lugar do folclore. Dessa forma, alguns teóricos mais tradicionais, consideram o folclore com sinônimo de cultura popular, outros pensadores mais atuais, afirmam que o folclore é um elemento da cultura popular.

Diante dessa situação controversa, o ideal seria compreender separadamente os termos popular e cultura. O popular é um termo derivado de povo. Domingues (2011) afirma que embora não haja consenso no que seria povo, a resposta mais assertiva é considerá-la como um grupo de pessoas de um país, com exceção dos dirigentes e membros da elite socioeconômica. Por outro lado, Burke (2010), em seu livro – *A cultura popular na Idade Moderna* - diz que os descobridores afirmam que o povo eram os camponeses, que viviam perto da natureza, que não tinham sofrido influência dos estrangeiros e haviam preservado seus costumes primitivos por mais tempo do que quaisquer outras pessoas. Entretanto, essa afirmação ignorava alterações culturais e sociais, não valorizava a interação entre campo e cidade, popular e erudito. Ademais, Burke (2010, p. 49) garante que “não existia uma tradição popular imutável para os inícios da Europa moderna, e talvez nunca tenha existido. Portanto, não há nenhuma boa razão para excluir os moradores das cidades [...], de um estudo sobre cultura popular”.

Não havendo consenso pontual do entendimento do significado do termo povo, é necessário discutir o conceito de cultura. Burke (2010) acredita que esse conceito parece ser ainda mais duvidoso, uma vez que, antes era usado para referir-se à alta cultura, mas em um sentido mais atual, o uso do termo foi ampliado, incluindo a baixa cultura, ou seja, a cultura popular. Dessa maneira, Burke (2010) assevera que na era denominada descoberta do povo, o termo cultura referia-se à arte, à literatura e à música e não seria incorreto referir-se aos folcloristas do século XIX como sendo equivalentes populares da música clássica, da arte acadêmica e assim sucessivamente. O teórico diz que atualmente, entretanto, no entendimento dos antropólogos e dos historiadores, o conceito de cultura é utilizado de forma bem mais ampla, referindo a quase tudo que pode ser aprendido em uma dada sociedade, como comer, beber, andar, falar, silenciar e assim por diante.

Mesmo com a separação de ambos os termos – popular e cultura - para uma possível compreensão do que seja cada um, parece ainda ser desafiador dar a eles uma definição precisa. Ao unir os dois termos e formar uma única expressão, Burke (2010, p. 11) arrisca a dizer que “quanto à cultura popular, talvez seja melhor de início defini-la negativamente como a cultura não oficial, a cultura da não elite, das classes subalternas”. No entanto, parece que essa definição não é suficiente pela amplitude que ela representa. Além disso, parecia ser necessário apreender o sentido de cultura popular no plural e de modo heterogêneo. Como a cultura popular estava longe de ser homogênea, pode-se dizer “que a cultura do artesão e a cultura do camponês divergiam de muitas maneiras; que a cultura do pastor e a do mineiro diferiam da do agricultor. O quanto diferiam é a questão mais importante e mais difícil de responder” (BURKE, 2010, p. 73).

Não somente o espaço precisa ser considerado ao se discutir a utilização do termo cultura popular, mas, sobretudo o tempo, uma vez que cada período, cada época representa evolução ou até mesmo mudanças de nuances. O seu uso pelos historiadores tende a apresentar um sentido diferente para referir-se: “(1) à Europa por volta do ano de 1500, quando a elite geralmente participava das culturas do povo, e (2) ao final do século XVIII, quando a elite tinha geralmente se retirado” (BURKE, 2010, p. 18). Nessa perspectiva, é possível perceber que no início da Europa moderna, a elite participava da baixa cultura juntamente com o povo (classe subalterna), contudo, o povo não participava da alta cultura. Já por volta do ano 1800, a elite deixa de participar da baixa cultura.

Essa assimetria ocorria porque, segundo Burke (2010), as duas tradições eram transmitidas de maneiras distintas. A grande tradição acontecia formalmente nos liceus e universidades e o povo comum era excluído. Por outro lado, a pequena tradição ocorria de forma informal. Todos podiam participar e era transmitida na igreja, na taverna e na praça do mercado, isto é, em locais considerados públicos, onde qualquer indivíduo teria acesso livre.

No Brasil, a ênfase nas discussões sobre o folclore e os folcloristas ocorre a partir do século XX, especificamente por volta da década de 1930, “momento em que se consagrou a estreita união entre identidade nacional, a miscigenação e a positiva e rica cultura popular nacional” (FRANKLIN; AGUIAR, 2018, p. 242). Os autores prosseguem ao afirmar que os estudos dos folcloristas estavam ligados à ideia de preservação das práticas simples e rudimentares do povo, manifestações originais corriam o risco de se perder pelo dinamismo e evolução sociais, em confronto com a barbárie e a civilização. Via-se nesse período a necessidade de uma visão mais científica acerca dos saberes populares, o folclore entendido como depositário de essência nacional. Então era preciso estreitar o diálogo entre o folclore e as ciências humanas e sociais.

Durante a década de 1960, no Brasil, a cultura popular teve um importante momento de sua produção teórica, por um movimento que reuniu diversos setores da sociedade. São eles:

intelectualidade, movimento estudantil, partidos políticos progressistas, movimento operário e camponês, classe artística, entre outros, e que aspiravam por mudanças na arcaica estrutura social, articuladas em torno de um projeto de redemocratização (ABIB, 2015, p. 105).

Acreditavam que conseguiriam fazer uma transformação na sociedade, na qual os subalternos passariam a ter voz e vez e aconteceria de fato, a emancipação do sujeito. Foi, sem dúvida, um importante movimento de luta em defesa da transformação social, entretanto, é preciso entender que a valorização das experiências populares, por si só, jamais daria conta de possibilitar soluções para tal feito. Pensar assim, parece ser uma atitude ingênua e maniqueísta.

Nesse período da história brasileira, uma das inúmeras experiências que talvez tenha tido maior destaque foi a do Centro Popular de Cultura (CPC), vinculado a União Nacional dos Estudantes (UNE). Para Abib (2015), o CPC compreendia que o artista fazia sua arte situando seu pensamento e sua atividade criadora de modo exclusivo em função da própria arte e/ou com objetivos meramente estéticos, seria uma pobre vítima do logro histórico e existencial. Outrossim, a postura política engajada do CPC, definida por uma ideologia de esquerda, esclarece o caminho escolhido como sendo o da arte popular revolucionária, em prol da emancipação humana.

A discussão em torno da cultura popular, bem como suas concepções históricas não param por aí. Envolve muitas questões, tais como, espaços, períodos, vivências, experiências, contradições, entre outras. Enfim, estudar a cultura popular na contemporaneidade é não deixar de lado o papel da globalização nesse processo.

A globalização e a cultura popular

O fenômeno da globalização, entendido como um processo de integração política, econômica e cultural mundial, em função dos avanços dos meios de transporte e comunicação, bem como as tecnologias, influencia fortemente na dinâmica de valorização e/ou desvalorização da cultura popular. Nesse sentido, as culturas locais e/ou regionais bem como as identidades culturais são afetadas. Assim, questões como o hibridismo cultural, a indústria cultural, a obsolescência programada, a homogeneização cultural, entre outros, necessitam serem discutidos em função da sua relação com a globalização.

As novas formas de configurações da cultura possibilitam a apreensão de que, principalmente na sociedade hodierna, não é possível uma classificação estanque, tendo em vista que o trânsito de influências e os diversos modos de atuação cultural, estão imersos num processo de rede de articulações em todas as direções. Sendo assim, aspectos como a hibridismo cultural merecem ser considerados nesse contexto.

“Quanto ao hibridismo, é um termo escorregadio, ambíguo, ao mesmo tempo literal e metafórico, descritivo e explicativo” (BURKE, 2019, p. 55). Nesse entendimento, parece que as várias tipologias culturais têm trânsito livre e não há uma barreira que separa uma da outra. Ou seja, não é possível ao certo afirmar o que é cultura popular pura, do que é erudita e do que é cultura de massa, e assim sucessivamente. “Com o agigantamento crescente dos meios de comunicação de massa, no século XX, foram crescendo também as dificuldades para se estabelecer as distinções claras entre o popular, o erudito e o massivo” (SANTAELLA, 2003, p. 52).

Nessa mesma linha de pensamento, sobre a questão da modernização nos países da América Latina, levando em conta a complexidade cultural e a multiplicidade de lógicas num continente bastante heterogêneo, Canclini afirma que:

as hibridações levam a concluir que hoje todas as culturas são de fronteira. Todas as artes se desenvolvem em relação com as outras artes: o artesanato migra do campo para a cidade; os filmes, os vídeos e canções que narram acontecimentos de um povo são intercambiados com outros. Assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento. (CANCLINI, 2019, p. 348).

Outro conceito que precisa ser discutido aqui, ao se referir da cultura popular em tempos contemporâneos é a indústria cultural. O conceito surgiu no século XX e é usado para designar o uso de elementos da cultura para fins mercadológicos, na obtenção de lucro, buscando a padronização e a homogeneização cultural e assim fortalecer cada vez mais o mercado do capital. Tem-se assistido o uso da mídia de massa como recursos que favorecem tal prática e a legitimação dos interesses das classes dominantes. Dessa forma, os elementos da cultura popular e da cultura erudita são simplificados e falsificados tendo em vista o consumo exacerbado.

Para Adorno (2020), na indústria cultural, tudo se torna negócio. Nessa lógica, os fins comerciais são programados por meio da exploração dos bens considerados culturais. Como exemplos, temos o cinema, as famosas festas juninas do nordeste brasileiro, a festa de peão boiadeiro de Barretos, entre outros. O que antes, era utilizado como fonte de lazer, de arte, entrou para a lógica mercantil. Com isso, pode-se inferir que a indústria cultural traz consigo a mesma ideia da indústria moderna com sua ideologia dominante. Também, ela é prejudicial à formação de sujeitos com pensamento crítico e com autonomia, além de possibilitar uma sociedade desumanizada.

Nessa esteira, Pessoa (2018, p. 36), assevera que “a cultura popular é apropriada pela classe dominante e transformada em mercadoria tendo em vista a obtenção de valor.” E continua o teórico afirmando que para o mercado e à mídia, o popular não interessa e sim a popularidade. Em muitos dos megaeventos ocorridos no Brasil ocorre o investimento de dinheiro público, na qual os políticos aproveitam o momento para fins eleitoreiros. Há também o envolvimento do mercado de bebidas e outros produtos, além da guerra de audiência das emissoras de rádio e televisão.

A obsolescência programada é uma expressão utilizada atualmente e que tem uma forte relação com a indústria cultural. É uma opção de negócio em que as empresas programam o tempo de vida útil dos produtos com o intento de durar menos do que a tecnologia permite, visando o consumo e a obtenção de lucros. Assim, também ocorre com os bens culturais, como por exemplo a música, especificamente o sertanejo universitário, que tem o seu auge, de repente cai no esquecimento para entrar outra no lugar. Para isso, as redes com seu poder de virtualização levam os elementos culturais de um lado do mundo para o outro em fração de segundos. Assim, à medida que essas conexões se multiplicam, correm também o risco de serem frágeis e efêmeras. Logo, “para o mercado e para a mídia o popular não interessa como tradição que perdura” (PESSOA, 2018, p. 20).

Com o advento da globalização surge outro fenômeno denominado homogeneização cultural. Este é um processo na qual a cultura dominante invade o espaço da cultura local e/ou regional e impõe a sua cultura global, com o intento de se ter uma sociedade homogênea. Para a cultura local, na tentativa de resistência a esse sistema homogeneizador, deve ser:

palco de disputas e conflitos no âmbito das relações de poder e dominação, a cultura também pode se tornar um importante terreno de luta de povos e comunidades que se utilizam de sua ancestralidade, sua língua materna, suas tradições, memórias, mitos, celebrações, danças, cantos, ritos e, sobretudo de seu imaginário como forma de resistência a processos de dominação política, econômica e ideológica, constituindo dessa forma estratégias de sobrevivência social (ABIB, 2019, p. 2).

A imposição da cultura global, essencialmente de países desenvolvidos sobre os países periféricos, faz com que o indivíduo vá perdendo a sua identidade cultural. Nesse caso, é preciso uma luta constante para manter a memória e as tradições na contemporaneidade para dar sentido ao mundo, possibilitando criar um sentimento de pertencimento aos sujeitos de determinado grupo. A escola, por exemplo, pode ser um importante espaço para valorização dos saberes tradicionais da localidade. Além disso, deve partir do pressuposto de que todos os conhecimentos são importantes, o ideal é não ocorrer a hierarquização de saberes. Enfim, ressalta-se que “a integração entre saberes, por meio da valorização das suas raízes, é fundamental para a formação da identidade cultural do estudante, bem como para a formação crítica dele” (LEITE; SILVA, 2023, p.63).

Os desafios e as possibilidades do uso da cultura popular em âmbito escolar na contemporaneidade

A compreensão e a prática da cultura, especificamente a popular na contemporaneidade são bastante complexas, pois o próprio entendimento do que é o conceito não tem sido nada fácil e valorizá-la por meio de sua práxis parece ser um desafio e tanto. Além do mais apresenta-se como um campo de disputas no interior das discussões, uma vez que para a maioria das escolas, o conhecimento válido a ser construído é aquele em que atende os interesses da classe dominante. Por outro lado, “a cultura popular representa não só um contraditório terreno de luta, mas também um importante espaço pedagógico, onde são levantadas, relevantes questões sobre os elementos que organizam a base da subjetividade e da experiência do aluno” (GIROUX; SIMON, 1994, p. 96).

Na prática pedagógica do sistema escolar vigente, a maioria das escolas possuem um currículo elitista. As escolas trabalham numa perspectiva monocultural. Para Cordeiro (2022), o monoculturalismo entende que todos os povos e grupos compartilham uma cultura universal e que o conteúdo trabalhado no interior das escolas, tem o intuito de homogeneizar o mundo e reeducar a população para o novo modelo social em ascensão. Deste modo, esta instituição já nasce com a vocação para excluir e marginalizar as culturas populares.

O trabalho pedagógico, no sentido de valorizar a cultura popular se torna desafiador, pois alguns tem preconceito de suas manifestações e a considera como atrasada e retrógrada. Quando trabalhada, na maioria das vezes ocorre somente em datas comemorativas a exemplo do folclore no mês de agosto. Pessoa (2018) assevera que a escola exclui o capital cultural trazido pelos estudantes das classes populares em forma de saberes tradicionais, e se torna espaço privilegiado da ideologia dominante. Dessa forma, Leite e Silva (2023) acreditam que a escola funciona, sobretudo, como difusora dos conhecimentos científicos, ao passo que desvaloriza os saberes da cultura popular. Isso pode ser verificado, por exemplo, no livro didático, na qual seus textos e atividades privilegiam a cultura das elites. Quando a escola explora as manifestações da cultura popular, parece que não o faz com o mesmo empenho de quando difunde os outros saberes, o fazem apenas por meio de comemorações.

O uso das manifestações da cultura popular pelos docentes em sala de aula acaba tendo outro desafio, pois apesar de reconhecerem a importância de se trabalhar essa temática, precisam dar prioridade aos conteúdos que contemplem as avaliações externas, ou seja, as avaliações de larga escala. Nesse sentido, acabam tendo que privilegiar os conteúdos da Língua Portuguesa e Matemática, de modo descontextualizado, atendendo as orientações do próprio sistema público de ensino.

O desafio com o uso das tecnologias na escola, com o objetivo de trabalhar a valorização dos saberes populares encontra algumas barreiras. Entre elas, a maioria dos docentes não se sente preparada para lidar com tais recursos, outros são tecnóforos, isto é, tem receio em utilizá-las (VIEIRA PINTO, 2005), além disso, o uso dessas técnicas parece influenciar negativamente na manutenção da originalidade e da autenticidade dos saberes tradicionais. Portanto, Leite e Silva (2023, p. 67) destacam “que nenhuma cultura se extinguiu com a globalização e a revolução digital; que nenhuma se sobrepõe a outra em importância. Desse modo, ainda é possível considerar o prestígio das formas culturais mais tradicionais, sobretudo a cultura popular.”

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) podem ser aliadas da educação no processo de valorização da cultura popular. Tudo depende da forma e para que fins são utilizadas. “Na contemporaneidade, a cultura popular não deve ser desvinculada do mundo globalizado. O ideal é utilizar as modernas tecnologias a favor das manifestações culturais, sem desvalorizá-las” (LEITE; SILVA, 2023, p. 68). Para Chaves e Bittencourt (2017) é necessário que as escolas aposses das novas tecnologias, garantam acesso e meios para seu uso; mas não se pode ingenuamente acreditar que as técnicas irão resolver os problemas sociais e educacionais através de sua simples utilização. Elas podem facilitar a comunicação entre os indivíduos que participem de processos emancipatórios já existentes e auxiliar na propagação de mensagens que busquem a preservação de uma identidade cultural.

Ainda sobre as tecnologias como possibilidade, o *youtube*, uma plataforma de vídeos online poderá auxiliar na difusão da cultura para os subalternos. Porto (2007) afirma que com a aldeia global⁴, corre-se o risco de todos se tornarem reféns da classe

⁴ O conceito de aldeia global foi criado pelo filósofo Marshall McLuhan, na década de 60 do século XX, refere-se a um mundo onde todos estariam conectados por meio da tecnologia.

dominante, porém, através da plataforma, ocorrendo a democratização, poderá atingir um fortalecimento cultural da classe subalterna. Dessa forma, o vídeo popular ganha força com a aproximação das classes populares às ferramentas de produção através da tecnologia. Todavia, o surgimento das tecnologias de produção por si só nada soluciona para dar voz os subalternos, uma vez que o maior empecilho de desigualdade na aldeia global é o espaço e a difusão.

“O *youtube*, através desse espaço, qualquer usuário cadastrado gratuitamente poderá disponibilizar vídeos para exibição gratuita” (PORTO, 2007, p. 3). O autor prossegue e diz que através do *youtube*, os grupos sociais podem difundir suas ideias, crenças e costumes, ou seja, a cultura popular ganha um novo agente mediador nos processos folkcomunicacionais⁵, mesmo que somente no campo virtual. Portanto, essa pode ser uma das estratégias para que a escola ao fazer o uso consciente das TDICs, possibilite aos discentes a aproximação e a valorização das principais manifestações da cultura popular da região em que vivem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394/96 – em seu artigo 26, preconiza que o currículo da Educação Básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – deve ter uma base nacional comum e em cada estabelecimento de ensino, ser complementada por uma parte diversificada. Nessa última deverá atender as características regionais e locais, da cultura e da economia. Desse modo, cada unidade escolar terá a abertura para trazer nessa parte diversificada do currículo, os elementos dos saberes locais/regionais, especificamente, os da cultura popular.

A Base Nacional Comum Curricular (2017) recomenda no ensino fundamental, as escolas trabalhem o senso estético e o repertório cultural, de modo a valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais, partindo das locais às mundiais. Ao priorizar estes conteúdos, poderá despertar nos estudantes o respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas. No entanto, a maioria das instituições escolares, mesmo com essa autonomia dada pela lei, atendendo os interesses da classe dominante em trabalhar os conteúdos “ditos científicos”, acabam não priorizando esses saberes em seu currículo.

Na visão de Simon e Giroux (1994) a pedagogia crítica deve considerar que o trabalho educacional é essencialmente contextual e condicional, por isso deve tomar a cultura popular como objeto de estudo. Almeida e Moreira (2020) acrescentam que incorporar os saberes de origem popular ao currículo é uma necessidade crucial, na medida em que, contemporaneamente, há uma estreita relação entre a consideração das experiências de vida de cada sujeito com o processo de ensino e aprendizagem e a democratização do saber.

Portanto, sabe-se que na contemporaneidade existem muitos desafios no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, principalmente quando se trata da valorização das experiências discentes das classes populares. Contudo, existem também algumas possibilidades que norteiam esse processo, sobretudo, quando existe um

⁵ Para Maciel (2023) a Folkcomunicação é uma estratégia de comunicação que realiza o intercâmbio de informações entre a comunicação de massa e as culturas populares.

movimento contínuo de ação-reflexão-ação, no sentido de que toda aprendizagem é transformadora.

Considerações finais

As reflexões acerca da cultura popular no decorrer da história, propiciaram a compreensão de que é um termo que sofreu algumas alterações de sentido, principalmente em relação da definição do conceito. Considerada por alguns como resíduo da cultura ou até mesmo subcultura, esteve relacionada num primeiro momento ao folclore de um povo, depois, à ideia de transformação e por fim, parece estar se tornando em um campo de disputas com o fenômeno da globalização.

O essencial nesse cenário de globalização, hibridizações e trânsitos interculturais parece ser de identificar as principais manifestações culturais de um determinado local e/ou região e trazer a discussão para o interior das instituições escolares. A partir daí, realizar a integração dos saberes escolares com os saberes do cotidiano do estudante dando lugar à interculturalidade. Dessa forma, realizar importantes momentos de lazer e pedagógicos visando desenvolver no indivíduo consciência política, de classe, de pertencimento e de valorização de seu espaço de vivência.

As TDICs enquanto novas ferramentas midiáticas, possuem caráter emancipador ou alienante. Tudo depende da finalidade com que são utilizadas. Desse modo, o foco deverá ser no conteúdo e não na técnica. Mas o ideal é fazer das modernas tecnologias digitais para aprender, reaprender e valorizar todos os tipos de saberes, inclusive os da cultura popular. Nesse sentido, acredita ser necessário mais pesquisas para apreensão da relação das tecnologias digitais com a valorização dos saberes tradicionais, uma vez que é bastante escasso os estudos tendo as TDICs como mediadoras nesse processo.

Diante disso, é possível perceber que existem inúmeros desafios na contemporaneidade para colocar em prática a valorização da cultura subalterna em âmbito escolar. No entanto, algumas possibilidades são vislumbradas para despertar nos estudantes o respeito à diversidade de saberes, identidade e culturas. Portanto, a valorização das culturas populares, podem ser compreendidas como práticas que validem as vozes e as experiências da classe popular, enquanto resistência, emancipação e educação libertadora.

Referências

- ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. Cultura Popular e contemporaneidade. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp. v. 11, n. 2, p. 102-122, jul/dez. 2015. Disponível em: <http://200.145.164.4/index.php/pem/article/view/476> Acesso em: 3 jul. 2023.
- ADORNO, Theodor W. **Indústria Cultural**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- ALMEIDA, N. R. O. de; MOREIRA, D. O. Manifestações da cultura popular local na aprendizagem das séries iniciais e na formação dos professores. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Revista Pemo**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. e233726, 2020. DOI: 10.47149/pemo.V2i3.3726. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3726>. Acesso em: 2 jul. 2023.
- BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto dos François Rabelais**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 jul. 2023.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. MEC, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes . Acesso em: 02 jul.2023.
- BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo/RS. Editora Unissinos, 2019.
- BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo. 4. ed. 8. reimp. Editora da USP, 2019.
- CHAVES, Fabiana Nogueira; BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem de. A cultura popular e sua dupla associação com as novas tecnologias de informação e comunicação. **INTERCOM**. 2017. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/norte2017/resumos/R54-0109-1.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2023.
- CORDEIRO, Alberto Alan de Sousa. Interculturalidade e cultura popular: debatendo a folclorização dentro da educação escolar. **Revista Faebra**. Salvador, v. 31, n. 67, p. 308-324, jul./set. 2022.
- DOMINGUES, Petrônio. Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica. **História**. São Paulo, v. 30, n. 2, p. 401-419, ago/dez. 2011, ISSN 1980-4369. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/TX6Cn5qhr85zFwnKbkpBZtK/?lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2023.
- FRANKLIN, Rubem Maciel; AGUIAR, Antonio Sérgio Pontes. Cultura Popular, um conceito em construção: das tradições dos românticos e folcloristas à emergência política dos estudos culturais. **História e Cultura**. Franca, v. 7, n. 1, p. 238-257, jan/jul. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/2156>.

Acesso em: 3 jul. 2023.

LEITE, Belchior Ribeiro; SILVA, Rosa Amélia Pereira da. A cultura popular no contexto da Escola Família Agrícola de Natalândia: contribuições e perspectivas para a formação integral do sujeito. **Revista Educação Popular**. Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 61-81, jan/abr. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/67232>. Acesso em: 3 jul. 2023.

MACIEL, Betânia. Folkcomunicação no programa da ciência decolonial: cultura popular e cibercultura. **SciELO** – Editus - Editora da UESC. 2023. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/10.7476/9788574555249.10.pdf>. Acesso em : 3 jul. 2023.

PESSOA, Jadir de Moraes. **Cultura Popular: gestos de ensinar e aprender**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.

PORTO, Dênis Renó . YouTube, el mediador de la cultura popular en el ciberespacio. **Revista Latina De Comunicación Social**. 2007, p. 190–196. Disponível em: <https://nuevaepoca.revistalatinacs.org/index.php/revista/article/view/1301>. Acesso em: 02 jul. 2023.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SIMON, Roger; GIROUX, Henry. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In: **Currículo, Cultura e Sociedade**. Antonio Flávio Barbosa e Tomaz Tadeu da Silva (Orgs.). São Paulo: Cortez, 1994.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.